

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CHILE

Soledad Castillo Trittini



Estudantes num dos atos de protesto durante o movimento estudantil, no Chile, em 2006. Fonte: <http://aunalaizquierda.wordpress.com/2009/> Acessado em 18 de maio de 2010, 16:36 h

A escola, os alunos e os professores, atores do processo educativo, são muitas vezes vistos como receptores de políticas, assumidas como vindas de cima para baixo. O lugar onde as políticas são elaboradas é identificado como outro lugar, muito afastado deles e, onde, também, outros atores, geralmente mais afastados ainda da escola, são os responsáveis pela produção daquelas políticas. Olhando assim, sem aprofundar muito, de uma maneira rápida, o lugar que se costuma dar à

escola dentro da sociedade é o de uma unidade onde se recebe e aceita tudo o que é mandado.

Se tentarmos desconstruir esse olhar tradicional, podemos perceber que a escola é parte de um sistema mais ativo e complexo do que esse através do qual ela, normalmente, é vista. Os atores envolvidos no sistema educativo, professores, alunos diretores de escolas, pais, etc estão envolvidos não numa atividade fixa e passiva, mas numa atividade complexa e multifacetada, onde não há lugar só para esse olhar verticalizado da política. Concordo com a ideia de um contínuo ciclo de produção de políticas marcado *pela heterogeneidade de discursos e pela diversidade de sujeitos e de grupos sociais* (Ball, 1998, *apud Paiva et al.*, p. 245) atuantes na política.

Como uma forma de exemplificar, acho pertinente fazer menção a um acontecimento ocorrido no Chile no ano 2006 que, ficou conhecido na mídia como "Revolución pinguina", fazendo alusão ao uniforme escolar usado pelos estudantes desse país. Aquele movimento, iniciado pelos alunos das escolas secundárias de alguns liceus públicos emblemáticos de ensino médio em Santiago, capital do Chile, começou com pequenas mobilizações. Pouco a pouco foram se incorporando alunos de diferentes escolas, já não só públicas, mas particulares, não só da capital, mas de todo o Chile, e não apenas alunos, mas também professores e estudantes universitários. A força que começou a ter aquela mobilização foi apontada como a primeira de grande importância convocada pelos estudantes, logo após o término da ditadura chilena.

Com o "movimento pinguim", se colocou nas falas de muitos dos membros da sociedade a questão da qualidade da educação que, embora fosse uma temática presente há alguns anos, foi, naquele momento, a bandeira de luta e a motivação para que a educação ocupasse um lugar de destaque nas falas dos cidadãos, incluindo os atores envolvidos no processo educativo e o próprio governo: não mais em lugares afastados, mas posicionados em lugares onde o diálogo e as soluções são possíveis e são construídas.

Assim, um movimento que se iniciou aglutinando demandas de um grupo pequeno de alunos conseguiu motivar diferentes sujeitos e grupos sociais. Outras demandas foram incorporadas nessa articulação, no sentido de conseguir que uma nova agenda do governo fosse proposta para dar prioridade a uma temática que provavelmente não ocuparia um lugar relevante nesse momento específico, caso não fosse esse movimento amplo. O movimento estudantil que começou com petições muito específicas, de caráter econômico, como gratuidade na prova nacional de ingresso às universidades e passe gratuito nos ônibus para estudantes até o último ano de ensino médio, para mencionar apenas algumas, foi assumindo um papel chave na elaboração das posteriores políticas públicas, culminando com a aprovação da Lei Geral de Educação, em dezembro de 2009 que alterou pontos importantes da Lei Orgânica Constitucional de Enseñanza – LOCE, editada no último dia do período da ditadura de Augusto Pinochet e que ainda não havia sido mudada, a despeito das reivindicações para tal.

Sem dúvida esse acontecimento é emblemático e um exemplo de como as políticas são propostas a partir de diferentes posições, inclusive posições que muitas vezes são pensadas como não ouvidas. No caso dos estudantes chilenos muitas das propostas curriculares claramente não aconteceram como tradicionalmente se pensa, justamente por conta da “Revolución pinguina”.

.....

√ Soledad Castillo Trittini: Mestranda no Proped/UERJ, bolsista PEC-PG / CNPq e integrante do grupo de pesquisa Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura. www.curriculo-uerj.pro.br/

Referências bibliográficas (ou textuais):

- PAIVA, Edil V. de; FRANGELLA, Rita de Cássia P.; DIAS, Rosanne E. Políticas curriculares no foco das investigações. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 241 - 269.